



O PROCESSO DE DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Mayara Barbosa Costa ¹

RESUMO

O cenário atual tem sido marcado por grandes mudanças e transformações sociais, que vem repercutido nas diversas esferas da sociedade, afetando diretamente todos os níveis da educação, e em particular o Ensino Superior, essas transformações simbolizam novos desafios frente ao docente e à Universidade. Diante desta afirmação pretende-se com esse artigo lançar uma reflexão referente ao desafio de ser docente no ensino superior em pleno século XXI, na qual o docente é um agente influenciador em vários aspectos do contexto universitário, buscando compreender suas percepções e analisando as características desta modalidade. Abordando o tema inicialmente com uma visão reflexiva sobre o processo de docência discorrendo sobre os seus desafios. Tendo como objetivo geral, compreender quais as dificuldades do docente do ensino superior analisando como este profissional supera tais conflitos. Portanto, este trabalho é resultado de um estudo bibliográfico qualitativo do ponto de vista de natureza básica e de realização dos objetivos exploratórios baseado em artigos científicos, livros e pesquisas sobre a temática. Na qual o resultado deste estudo aponta que esses profissionais enfrentam diversos desafios frente as mudanças sociais da atualidade, mas que podem ser sanadas com aperfeiçoamento das práticas utilizadas.

Palavras-chave: Docência, Ensino Superior, Desafios.

INTRODUÇÃO

Segundo assegura a Constituição Federal de 1988 a educação é um direito de todos e dever do estado, partindo desse princípio é necessário conceber o exercício da docência para além da função de transmitir apenas conteúdos dogmáticos, tornando-se fundamental realizar uma análise a respeito das contribuições que este recurso formativo denominado educação aliada a práticas docentes tem garantido aos indivíduos para uma formação geradora de novos cidadãos conscientes e comprometidos com o exercício da cidadania e o desenvolvimento humano, cognitivo e social. Nesse sentido

A educação pode ser compreendida como um dos direitos sociais fundamentais para a conquista da cidadania, por vários motivos, mas talvez, o mais importante seja a constatação de que o acesso à educação é, muitas vezes, condição para o acesso a outros direitos sociais, civis e políticos (BRUEL, 2011, p.104).

¹ Especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria, Docência no Ensino Superior e em Perícia Criminal Investigação Florense, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, mayara_10barbosa@hotmail.com.



Segundo o autor é fundamental entender que uma educação de qualidade contribui para a introdução do indivíduo nas relações sociais e o faz compreender a sua função de cidadão no mundo, tornando-se papel das instituições de ensino contribuir para as discussões e formação dos indivíduos nos campos ético, filosófico e social. Nesse segmento se compreende o exercício da docência no ensino superior como uma indispensável ferramenta para a construção do pensamento crítico dos indivíduos.

Paulo Freire afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47), com isso o autor ressalta que o ensino não é apenas uma cópia do conteúdo, mas a construção de um conhecimento que seja significativo e que se tenha relevância para a cidadania. Partindo dos pressupostos freirianos percebe-se que o processo de docência no ensino superior deve acontecer a partir da ação dialógica onde as trocas de informações entre docentes e estudantes conduzem para a construção do conhecimento emancipatório, isto é, conduzir os alunos a apoderar-se do conhecimento científico em vista da construção de sua própria autonomia.

Nessa perspectiva, o presente artigo busca refletir sobre as dificuldades de ser docente no ensino superior em pleno século XXI, na qual o docente é um agente influenciador em vários aspectos do contexto universitário, buscando compreender suas percepções e analisando as características desta modalidade. Assim a educação brasileira nos auxilia na compreensão da relação entre educador e educando quando traz importantes fundamentos que estão interligados aos saberes necessários à prática docente no ensino superior. Portanto, é neste cenário que abordaremos a problemática desta pesquisa sendo constituída pelo seguinte questionamento: Quais os desafios da docência no ensino superior brasileiro?

Para responde tal indagação é necessário estabelecer os seguintes objetivos: Descrever quem é o docente do ensino superior, identificando os principais desafios existentes na modalidade e investigando como o docente supera tais conflitos. Discorrendo sobre as etapas do trabalho encontra-se uma abordagem teórica sobre a temática, iniciando com processos introdutórios e conceituais, baseado em uma pesquisa decorrente de um estudo bibliográfico qualitativo do ponto de vista de natureza básica e de realização dos objetivos exploratórios, fundamentada em artigos científicos, livros e pesquisas sobre o tema.

Portanto, compreender os desafios do docente no ensino superior brasileiro é trazer reflexões acerca de práticas pedagógicas e aperfeiçoamento de sistemas de educação para que se tenha uma educação de qualidade e mais eficaz capaz de formar seres humanos capacitados, autônomos, críticos e reflexivos.



METODOLOGIA

A natureza do presente artigo contemplará procedimentos metodológicos qualitativos do ponto de vista de natureza básica e de realização dos objetivos exploratórios decorrente de um estudo bibliográfico, dando ênfase aos desafios da docência no ensino superior brasileiro. O acesso à bibliografia foi feito eletronicamente, usando os descritores: Docência, Ensino Superior, Desafios, sendo fundamentado em pesquisar na internet artigos científicos que contenham informações sobre a temática, trazendo uma abordagem baseada em autores e leis específicas para o ensino superior brasileiro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Docência em uma visão etimológica significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender, trazendo esse conceito para o âmbito universitário na qual o processo de docência se baseia no trabalho dos professores, constata-se que na realidade, estes desempenham um conjunto de funções que ultrapassam as tarefas de ministrar aulas, ter um bom domínio sobre a disciplina e sobre como desenvolver uma boa metodologia para transmiti-la, isso é decorrente das novas condições de trabalho.

Zabalza (2004) atribui três atribuições aos docentes universitários: o ensino (docência), a pesquisa e a administração em vários setores da instituição. Dentro da prática da docência é cobrado do professor algumas qualificações e, especificamente no ensino superior na qual:

O avançar no processo de docência e do desenvolvimento profissional, mediante a preparação pedagógica não se dará em separado de processos de desenvolvimento pessoal e Institucional: este é o desafio a ser hoje, considerado na construção da docência no ensino superior (PIMENTA E ANASTASIOU 2002 P.259).

Essa verificação traz à tona o debate acerca da pessoa do docente como um indivíduo que abrange espaços determinantes à transformação da sociedade, destacando-se, assim, sua preparação pedagógica, em que:

Ser professor é pertencer a um ofício cujo estatuto profissional está num processo histórico de constituição. Ser professor é ser um profissional. Contudo, é necessário levar em consideração traços específicos dessa profissão e os pressupostos que a fundamentam a aspiração de profissional. (GUIMARÃES 2006, P.135):

Quando a afirmação se refere à identidade profissional docente são muitos os questionamentos, para Cunha (2001), "à docência não é simplesmente ocupação, uma vocação ou uma mera semi-profissão, e sim uma profissão que possui suas particularidades e



especificidades principalmente no aspecto social", essa compreensão da docência como profissão e do docente como um profissional de grande relevância para a sociedade traz a tona uma análise profunda dos direitos que os mesmos devem exercer em seu trabalho para uma execução de qualidade. Do ponto de vista da Lei 9394/96, o art. 13 estabelece as seguintes incumbências para os professores:

- Participar da elaboração do projeto pedagógico;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;
- Ministrando os dias letivos e horas-aula estabelecidos;
- Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Para Morosini (2000) “o processo de docência universitária enfrenta diferentes pressões conforme o sistema de ensino onde atua”. Se ele desenvolve as suas atividades em um grupo de pesquisa, provavelmente sua visão de docência terá um forte condicionante de investigação. Já se ele atua em um centro universitário ou instituição federal, sua visão de docência terá uma grande influência de ensino sem pesquisa, ou, quando muito, do ensino com a pesquisa, ou seja, a cultura e a política da instituição terão reflexos na docência universitária.

Pensando nisso outra questão da docência é que esse processo requer formação profissional para seu exercício, conhecimentos específicos para exercê-la adequadamente ou, no mínimo, a aquisição dos conhecimentos e das habilidades vinculadas à atividade docente para melhorar sua qualidade.

Ultimamente encontramos professores atuando no ensino superior sem formação adequada, principalmente na área pedagógica, fazendo da arte de educar uma atividade como outra qualquer. A falta dessa formação pedagógica transfere um peso enorme a esses professores frente às interfaces do “que ensinar” “como ensinar” e a “quem ensinar”, os quais se deparam com várias dificuldades que não são previsíveis e passíveis a ação da prática docente. No geral, os professores que optam pelo campo universitário, são de variados conhecimentos e áreas de atuação e em sua maioria, não tiveram nenhum contato anterior com os conhecimentos nas áreas das Ciências humanas e sociais, para compreender, interpretar e aplicar a prática.

Essa constatação favorece a discussão da formação continuada que deve referenciar a pessoa do docente como sujeito que ocupa espaços determinantes à transformação da



sociedade. Como observado à docência na educação superior é um exercício complexo, sua prática exige diversos saberes, uma vez que a educação, independentemente do nível de ensino que aconteça, é uma ação humana.

Com o reconhecimento desse aspecto humano, constata-se que ela se estabelece histórica e socialmente e, por isso, é fragmento elementar da identidade profissional do docente. Apesar de sua relevância, a política educacional brasileira não tem evidenciado preocupações com a formação profissional inicial e continuada dos docentes, em razão do grande número de professores sem experiência e formação para o exercício da docência no ensino superior brasileiro.

Para Pimenta e Anastasiou (2002) “haveria a imprescindibilidade de uma legislação mais rígida no que se refere a formação de professores para o ensino superior”. Não é necessário apenas o domínio do conhecimento, mas também a capacidade de levar o aluno a um pensamento crítico acerca das questões sociais, políticas, éticas, ou seja, no pensamento como um cidadão. A ligação desse conhecimento e essa capacidade de contribuir na formação desse pensamento crítico acerca da sociedade em todos os âmbitos resultará para a formação de um profissional capaz e apto a atuar em qualquer área profissional.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), o tema da formação dos docentes universitários está restrito apenas a um artigo: “Art. 66- A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996). Por conseguinte, percebe-se claramente que não há preocupação com a formação pedagógica em termos legais os quais indicam a fragilidade na construção e constituição da identidade docente no ensino superior, uma vez que o processo educativo está centrado fundamentalmente no trabalho dos docentes, os quais são os sujeitos da ação educativa, assim à docência:

Nesse ponto de vista, atribui-se ao docente a responsabilidade com o aluno em formação e contrai para si as garantias constitucionais presentes no artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dermeval Saviani apud Baruffi (2000), apropria-se dessa mesma filosofia de responsabilização e ação ativa do docente na categorização dos saberes, ao afirmar que todo docente deve dominar:

O saber atitudinal – categoria que se refere à postura e às atitudes do professor, tais como disciplina, pontualidade, coerência, clareza, justiça e equidade, diálogo, respeito ao educando; o saber crítico contextual – refere-se ao conhecimento do professor sobre a sociedade e sobre o contexto em que está inserido o aluno, para assim poder interferir; o saber específico – refere-se ao domínio de conhecimento de sua disciplina; o saber pedagógico – as teorias educacionais, a ciência da educação;

e finalizando, o saber didático curricular – esta categoria refere-se ao saber fazer, à organização e à realização da atividade educativa, e à articulação entre objetivos, conteúdos, instrumentos e avaliação, em síntese, o planejamento, a gestão, organização e avaliação do trabalho pedagógico. (SAVIANI, 1996 apud BARUFFI, 2000, p. 186)

Para Cavaco (1995 apud FERNANDES, 2004, p. 4), “os saberes profissionais dos docentes são adquiridos por meio de experiências centradas no espaço escolar que moldam sua identidade profissional num processo de socialização constante”. É nessa esfera especificadamente na sala de aula que acontece esta ação educativa, neste ambiente de aprendizagem que o docente desempenha o seu papel.

É na sala de aula que os professores exercem sua influência direta sobre a formação e o comportamento dos alunos: sua postura em relação ao conhecimento específico de sua matéria, aspectos do relacionamento professor-aluno, sua atitude em relação à instituição, seu planejamento, sua metodologia de ensino, seus valores, seu relacionamento com colegas de outras disciplinas. Na relação social que se estabelece em sala de aula, o profissional liberal que ministra aulas – o engenheiro, advogado, arquiteto, físico, economista, veterinário, biólogo, – passa a seus alunos uma visão de mundo, uma visão das relações sociais, uma visão da profissão, ou seja, passam uma intencionalidade em relação à formação dos futuros profissionais que é, eminentemente, pedagógica. (LIBÂNEO 2001, P. 2).

Como bem define Fernandes:

Professores são sujeitos concretos e atuantes no cenário educacional, enquanto sujeitos dotados de múltiplas determinações, que incorporam modelos e aspirações sociais, mas também elaboram suas sínteses pessoais, participando da construção social do conceito de qualidade de ensino. (FERNANDES 2004, P. 1).

Assim, percebe-se a influência direta do docente na construção dos saberes e na conduta dos estudantes universitários, que vai além dos conhecimentos específicos das disciplinas, pois suas questões sociais são indissociáveis de sua prática pedagógica.

Outro ponto de destaque é aprimorar as práticas pedagógicas de forma mais contextualizadas fomentando uma interligação entre a ciência e o contexto social dos alunos, apropriando-se dos conhecimentos docentes que possibilitem o diálogo entre professor e aluno e por meio desta ação interativa estimule a produção do conhecimento.

Em pesquisas desenvolvidas por Fernandes (2004) com professores do ensino superior privado sobre as suas escolhas profissionais e prática docente, observou-se que a motivo da escolha pela profissão docente correlaciona-se, segundo a autora, em duas bases:

A vocação, em que a escolha profissional se fundamenta em representações que envolvem a realização pessoal e profissional, e a profissionalização, ou seja, a escolha da profissão vincula-se a representações acerca das possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, ao status da profissão e a ganhos financeiros. (FERNANDES, 2004, p. 5)

Sobre o exercício da docência no ensino superior Campos (2011), respalda-se no:



ensinar se aprende ensinando”, evidenciando uma visão ingênua e do senso-comum de que não é preciso uma formação para ser docente, pois essa é uma atividade prática para a qual não são necessários conhecimentos específicos, mas sim a experiência, o dom, a vocação. (CAMPOS, 2011, p. 9)

Porém, na realidade, como afirma Furlani 1998 apud Fernandes 2004:

A escolha profissional não consiste em uma decisão exclusivamente individual, mas vinculada a diversos fatores como o prestígio social da profissão, os resultados obtidos na trajetória escolar, o capital escolar, as condições sociais e culturais da família, a oferta educacional etc. (FURLANI 1998 apud FERNANDES, 2004, p. 6):

Portanto, são múltiplos os aspectos que definem a escolha profissional do professor: a experiência, o dom, a vocação, as condições sociais e culturais, a oferta de trabalho, o status profissional, os ganhos financeiros, entre outros. Outro ponto a ser ressaltado é a formação pedagógica dos professores da modalidade, pois como já foi mencionado, à docência neste nível de ensino é uma atividade complexa, visto que:

[...] exige tanto uma preparação cuidadosa como singulares condições de exercício, o que pode distingui-la de outras profissões [...] o exercício da docência exige múltiplos saberes que precisam ser apropriados e compreendidos em suas relações. A ciência pedagógica situa-se nesse contexto e só com essa perspectiva contribui para a formação dos professores (CUNHA, 2010, p. 25).

Nesse sentido Libâneo (2001) afirma que a formação do docente é um campo de tensões que:

De um lado, estão os pedagogos que insistem na necessidade de aquisição de saberes pedagógicos e competências metodológicas e de mudanças de atitudes em relação à tarefa de ensinar. De outro, estão os docentes que recusam essa necessidade de formação pedagógica específica. Apesar disso, a condução pedagógica da universidade supõe uma dupla convicção: a) de que o professor universitário possui duas especialidades profissionais: a ser especialista na matéria e especialista no ensino dessa matéria. b) de que, se houver algum lugar mais propício para promover mudanças e inovações em vista da melhoria da qualidade de ensino, esse lugar é o curso, com seus professores e alunos, e a forma, a gestão participativa. (LIBÂNEO 2001, P. 3)

Apesar da tensão mencionada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº. 9394/96 se nega no plano da formação pedagógica do professor do ensino superior.

O pós-graduando, de acordo com o enunciado legal, será preparado (e não formado) prioritariamente, nos programas de mestrado, doutorado ou em cursos de especialização *latu sensu*. A “preparação” para docência fica a cargo de uma única disciplina, em geral denominada Metodologia do Ensino Superior ou Didática do Ensino Superior, com carga horária média de 64 horas/aula. (MAROSINI 2000 apud CAMPOS, 2013, p. 3):

É que:

Quando existe alguma formação para a docência neste grau de ensino está se encontra circunscrita “a uma disciplina de Metodologia do Ensino Superior, nos momentos da pós-graduação, com carga horária média de 60 horas”. Situa-se nesta disciplina, muitas vezes, as referências e orientações para o professor universitário atuar em sala de aula. Não há uma exigência de conhecimentos de base para o



magistério e nem uma formação sistemática propiciadora da construção de uma identidade profissional para a docência. (ANASTASIOU 2012 apud NOGUEIRA; LIMA, 2012, p. 3):

Diante da escassez legal sobre a formação docente para o ensino superior e da falta uma formação sistemática propiciadora da construção de uma identidade profissional para a docência, a tensão entre a necessidade de aquisição de saberes pedagógicos e a recusa por parte de alguns docentes em buscar uma formação pedagógica específica vai continuar existindo e influenciando negativamente para a excelência do profissional voltado para o ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse cenário do século XXI as transformações acontecem surpreendentemente. Atualmente são amplas as discussões sobre o docente que atua no ensino superior, pois, as transformações sempre acontecerão em nossa sociedade e as instituições de ensino devem estar dispostas para lidar com este contexto tão dinâmico. Ainda que ocorra mudanças no cenário político e social o docente continuará sendo um componente indispensável para a mediação dos saberes junto aos estudantes, contribuindo com a formação crítica de novos cidadãos.

Mergulhado nesta sociedade mutável, o processo de docência sofre modificações que exigem das instituições de ensino uma atitude proativa no que se refere as contribuições para a formação de novos cidadãos favorecidos de conhecimento científico e capacitados a contribuir com o desenvolvimento da sociedade. Faz-se necessário buscar o fortalecimento da ação docente, compreendida como ação que requer domínios de conhecimentos próprios ao seu desenvolvimento. Além disso, é significativo pensar na docência, independentemente do nível de ensino em que ela ocorra, como uma ação humana, se constituindo histórica e socialmente.

Deste modo, a atividade da docência requer do profissional uma concepção crítica da sua própria prática pedagógica de maneira que por meio do desenvolvimento e adaptação dos diferentes saberes, seu desempenho contribua para que novos conhecimentos sejam construídos e consolidados, sobretudo, que novos cidadãos sejam formados para o exercício da cidadania e desenvolvimento da humanidade.

Assim, espera-se que os pontos aqui mencionados a respeito da docência no ensino superior possam colaborar para o surgimento de novas reflexões e definições do fazer docente



de modo que o processo de docência possa de fato favorecer a formação de novos cidadãos comprometidos não apenas com o seu desenvolvimento humano mas, sobretudo, engajado nas questões sociais e compreendendo o desenvolvimento da sociedade como um desafio não apenas da ciência, mas de todos que estão à sua volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior é o nível mais elevado da educação brasileira, seu intuito fundamental de acordo com o artigo I da Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9394/96) é incentivar a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Levando em consideração o que diz a LDB constata-se que a universidade enquanto instituição formativa deve centralizar suas atividades na produção do conhecimento científico bem como na formação para a educação cidadã.

Fazendo relação a esses objetivos, a educação superior deve estimular à produção cultural e científica bem como o desenvolvimento do pensamento científico. Todavia, percebe-se que vivemos uma atualidade de difícil compreensão a respeito da função social da educação superior. Esse cenário fica evidente quando o âmbito acadêmico focaliza excessivamente suas atividades em pesquisas científicas trazendo como resultado o desvio da identidade do docente implementando, desta forma, uma formação mais técnica e muitas vezes descomprometida com as questões sociais.

Uma visão mais aprofundada a partir dos estudos na área educacional demonstra um momento incerto na educação superior brasileira. Se por um lado há recursos, mesmo que insuficientes, por parte do governo no ensino superior, por outro, essas instituições de ensino passam por um vagaroso processo de democratização. Segundo Chauí (1999, p.2), “[...] a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária.” O pensamento da autora pode ser reafirmado anteriormente pela reflexão crítica, que possibilita entender a educação superior como uma instituição formativa que está à serviço da qualidade da formação cidadã e para que isso aconteça os docentes assumem um papel significativo dentro do processo.

É necessário que os professores da educação superior repensem a sua ação pedagógica de forma que contribuam para o desenvolvimento de novos saberes promovendo reflexões que possibilitem aos universitários desenvolverem o pensamento crítico e partir deste apropriar-se de uma postura efetiva coerente com seu desenvolvimento cognitivo.



Mesmo com todos os desafios é de grande relevância apontar as possibilidades da docência no ensino superior na atualidade. A iniciar pelos recursos tecnológicos, que proporcionam aos professores desenvolverem novas práticas pedagógicas que enriqueçam o aperfeiçoamento das metodologias em sala de aula e por meio destas dar ênfase a ação dialógica entre professores e alunos, porém devem ser aplicadas de forma significativa, pois, não basta apenas inserir a tecnologia sem um objetivo.

REFERÊNCIAS

BARUFFI, Alaide Maria Zabloski. **O professor do ensino superior: realidade e desafios.** *Revista Jurídica UNIGRAN*. Dourados, MS, v. 2, n. 4, jul./dez, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 12 ed. Rio de Janeiro: DPCA, 2002.

_____. Lei Nº 9.394 de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRUEL, A. L. O. Educação trabalho e cidadania. Curitiba: Editora Fael, 2011.

CAMPOS, Vanessa Therezinha Bueno. Docência no ensino superior brasileiro: representações de pós-graduandos de instituições federais de ensino superior. 34º Encontro ANPED, 2011. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=docencia-no-ensino-superior-brasileiro-representacoes-de-pos-graduandos-de-instituicoes-federais-de-ensino-superior>>. Acesso em: 19 Nov. 2019.

CAVACO, Maria Helena. Ofício de professor: o tempo e as mudanças. In: NÓVOA Antonio (Org.) **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Portugal, 1995.

CHAUÍ, M. Universidade Operacional. *Revista da avaliação da educação superior*, Sorocaba, SP, v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999.

CUNHA, Luis Antônio. Educação, Estado e democracia no Brasil. Brasília: Cortez, 2001.

CUNHA, Maria Isabel da. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. **Rev. Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, 2006.

_____. **Trajetória e Lugares de Formação da Docência Universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional.** Araraquara, SP: Junqueira & Marins, 2010.

FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. **Escolha profissional e prática docente: o discurso de professores do ensino superior privado.** 27ª Reunião da ANPED, Caxambu MG, Nov 2004. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt04/t046.pdf>>. Acesso em: 19 Nov. 2019.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).



GUIMARÃES, Valter Soares. A socialização profissional e profissionalização docente: um estudo baseado no professor recém ingresso na profissão. In:__(Org). Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da universidade. Campinas, SP: Papirus, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. **O ensino de graduação na universidade – a aula universitária.** FAG, 2001. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/nucleos/nad/arquivos/apoio4.pdf>>. Acesso em: 19 Nov. 2019.

MOROSINI, Marília Costa .**Professor do ensino superior:** identidade, docência e formação (Org.). . Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; Anastasiou, Lea das Graças C. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** polêmicas do nosso tempo. 35 ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.

ZABALZA, Miguel. **O ensino universitário:** seu cenário, seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.